

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 274ª Reunião Ordinária
16 de abril de 2026

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de abril do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, situado na sede da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária os membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, sob a presidência da Conselheira Maria Rita de Boni, realizando sua 274ª (ducentésimo septuagésimo quarta) Sessão Ordinária com a presença do pleno. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): Caroline Gomes Coura Barbosa (SESA), Fabio Benezath Chaves (SESA), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo (SESA), Marília Santos Ribeiro (FEHOFES), Rogério Simões Griffo (FEHOFES), Marília Coser Mansour (Ministério da Saúde), Juliana Ramos Bruno (Ministério da Saúde), Judismar Tadeu Pedroni (SIMES), Patrícia Santos Martins (SINDPSI), George Nunes Bueno (SINODONTO), Maria Rita de Boni (SINDSAÚDE), Rosiane Aparecida Zambom (FETAES), Antônio Pereira dos Santos (CUT), Maria Lúcia Duarte Lopes (CUT), Roziani Pereira (AHES), Wilza Nascimento Vidal (Juntos+), João Carlos Santos (SINDNAPI), Antônio Carlos Nogueira do Nascimento (SINDNAPI), Vera Lúcia Pereira Pião (SINDIUPES), Denice Silva Gonçalves (UBM), Fábio Roberto Gama Assunção (CTB), Flávia Rodrigues Maciel (FASMA), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Antônia Genecy Teixeira de Oliveira (MINTRA), Marcos Antônio Simões (SindEducação), Jocimar Samuel da Costa Vila Real (SindEducação). **Faltas justificadas:** Eliane Maria de Souza Machado (SINTUFES), Alvaléria Cuel (SINTUFES), Itamar Francisco Teixeira (SINODONTO), Ariane Silva Carvalho (UNEGRO), Maria Aparecida Alves (UBM). **Pauta: 1- Informes Tempo: 15 min Relatoria: Roziani Pereira – Segunda-Secretária Geral da Mesa Diretora; 2 – Aprovação – ATA da 273ª RO; Tempo: 10 min Relatoria: Roziani Pereira – Segunda-Secretária Geral da Mesa Diretora; 3 – Aprovação: Normas e Regulamento Conselho Gestor Tempo: 20 min Relatoria: Antônio Carlos; 4 – Aprovação: Organização de equipe para suporte nas Conferências Municipais Tempo: 20 min Relatoria: Roziani Pereira – Segunda-Secretária Geral da Mesa Diretora.** A vice Presidente Maria Rita de Boni iniciou a reunião saudando os presentes e explicando ao pleno que o Presidente e a Secretária Geral da Mesa não estavam presentes em funções de agendas externas em Brasília. Ela reiterou que não tiveram inclusões de pauta, mas solicitou uma inversão de pauta, pedindo para o ponto 4 se tornar o ponto 3. O Conselheiro Antônio Nogueira pediu a inclusão dos relatos das comissões como último ponto e o Conselheiro Silvio Ferreira pediu que conferissem se todos os presentes haviam recebido e lido a minuta das Normas e Regulamento dos Conselhos Gestores, o que a vice Presidente respondeu que seria atestado no momento de discussão da pauta. Ela fez a leitura da pauta com todas as inclusões, pois também haviam solicitado a aprovação dos coordenadores da Mesa de Negociação Permanente do SUS (MENP-SUS) e a inclusão dos relatos das Comissões. O Conselheiro Antônio Nogueira pediu que fosse feita uma apresentação breve dos presentes pois tiveram muitas substituições nas representações das entidades, o que foi acatado. A inclusão e inversão de pautas foram votadas e aprovadas pelo pleno. Os Conselheiros e membros da equipe técnica e administrativa do CES fizeram uma rápida apresentação. **Ponto 1 – Informes:** A Presidente passou a palavra para a Segunda Secretária Geral da Mesa Diretora, Roziani Pereira, que saudou os presentes e iniciou os informes comunicando a substituição de Tyago Hoffmann por conta do interesse em concorrer ao cargo de deputado nas eleições de 2026, sendo assim, ele precisou renunciar ao cargo de

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 274ª Reunião Ordinária
16 de abril de 2026

Secretário e quem assumiu este foi Gleikson Barbosa dos Santos (Kim). A Conselheira Roziani Pereira comunicou que Gleikson Barbosa também está como Conselheiro e, apesar do convite, ele não conseguiu estar presente na reunião ordinária. Ela anunciou iria realizar a leitura do calendário de datas comemorativas e pediu que as Comissões trabalhassem em cima destes temas, que traduzem as expectativas do que a sociedade civil espera do Conselho Estadual de Saúde. Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo (02/04), Dia Nacional do Portador da Doença de Parkinson (04/04), Dia Mundial da Saúde (07/04), Dia Mundial de Luta Contra o Câncer (08/04), Dia Mundial de Conscientização da Doença de Parkinson (11/04), Dia Mundial da Doença de Chagas (14/04), Dia Internacional da Hemofilia (17/04), Semana Mundial da Imunização (24 a 30/04), Dia Mundial da Luta contra a Malária (25/04), Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial (26/04) e o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry (28/04). A Secretária Executiva, Roberta Rovetta, lembrou ao pleno de enviarem as fotos e dados necessários para a confecção dos crachás. A Conselheira Roziani Pereira comunicou que muitos membros têm faltado às reuniões das Comissões e deu exemplo da Comissão Intersectorial de Direitos Humanos, que está somente com duas pessoas assíduas nas reuniões. Ela pediu mais comprometimento e colaboração pois a questão das faltas está sendo um problema recorrente em todas as Comissões, além de que o regimento prevê um limite de falta. A Conselheira frisou que não há titulares ou suplentes nas Comissões, ou seja, o Conselheiro que dá o nome para participar da Comissão não pode enviar substituintes para participar das reuniões.

Ponto 2 – Aprovação – ATA da 273ª RO: A Presidente conferiu se todos haviam recebidos a ata e a colocou em regime de votação, sendo aprovada pelos presentes com uma abstenção. **Ponto 3 – Aprovação – Organização de equipe para suporte nas Conferências Municipais:** Conforme a inversão de pauta, a Conselheira Roziani Pereira reiterou que a reunião extraordinária havia atingido o teto de tempo, faltando lacuna temporal para a definir a composição da Comissão Organizadora da 18ª Conferência Nacional de Saúde. Para os que não participaram da reunião extraordinária, o Conselheiro Cristiano de Araújo explicou que a Conferência é dividida por etapas cronológicas: municipais, regionais, estadual e nacional. A Comissão que iriam organizar seria a responsável por apoiar os municípios, preparar para a estadual, dentre outros trâmites necessários para a elaboração das etapas. A Conselheira Roziani Pereira explanou que 8 pessoas já haviam se candidatado na Sessão Extraordinária (Antônio Nogueira, Maria Aparecida Alves, Silvio Nascimento, Adriana Silva, Denice Gonçalves, Maria Lúcia Duarte, Jocimar Samuel da Costa e Itamar Teixeira), além dos que mostraram interesse na presente reunião: Juliana Ramos Bruno e João dos Santos. A Conselheira Antônia Teixeira solicitou que fosse definida o número total de pessoas que poderiam compor a Comissão antes de definir os nomes. A Conselheira Roziani Pereira disse que seriam 16 pessoas no total, mas sugeriu que o grupo fosse diminuído por questões de funcionalidades. O Conselheiro Silvio Nascimento disse que ao fim da extraordinária a sala foi se esvaziando, sendo a maioria que restou usuários, ele disse que no dia tinha sido definido o número de 16 membros (8 usuários, 4 trabalhadores e 4 gestores/prestadores de serviços) na Comissão. O Conselheiro Antônio Nogueira fez coro à fala de Silvio Nascimento e acrescentou que 16 pessoas não era um número grande, mas sim o exato já definido anteriormente. O Conselheiro João dos Santos pediu que o número 16 fosse mantido e argumentou que facilitaria no apoio aos municípios que podem acabar realizando a Conferência no mesmo dia. A Presidente

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 274ª Reunião Ordinária
16 de abril de 2026

frisou que se o número já havia sido definido na reunião extraordinária, ele deveria ser respeitado. A Conselheira Antônia Teixeira disse que seria difícil reunir 16 pessoas e propôs fixar o número em 8, e ao longo do processo mais pessoas seriam agregadas na formação de outras organizações para a elaboração das etapas. A Presidente colocou as duas propostas em votação. A Conselheira Juliana Ramos inteirou que todas as outras instâncias organizadoras são compostas a partir da Comissão Organizadora, sendo assim, 16 não se trata de um número grande. A Conselheira Denice Gonçalves disse que a Comissão Organizadora principal deve ter apenas 8 pessoas para facilitar o poder de decisão, mas a Comissão organizadora auxiliar é de extrema importância devido ao tamanho trabalho a ser desenvolvido pelas mesmas, sendo assim, não podem ser somente 8 pessoas, mas 16 também dificultam as tomadas de decisão. A Presidente pediu para que fossem votadas ambas propostas, sendo a vencedora a composição com 16 pessoas. A Comissão ficou composta pelos seguintes membros: Juliana Ramos Bruno, Carolina Gomes Coura Barbosa, Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo e Marília Coser Mansour (segmento da gestão e prestadores de serviços), Maria Rita de Boni, Itamar Francisco Teixeira, George Nunes Bueno e Patrícia Santos Martins (segmento dos trabalhadores da saúde), Antônio Carlos Nogueira do Nascimento, Maria Aparecida Alves Souza, Adriana da Silva, Denice Silva Gonçalves, Maria Lucia Duarte Lopes, Sílvio Nascimento Ferreira, Jocimar Samuel da Costa Vila Real e João Carlos Santos (segmento dos usuários do SUS). A Conselheira Roziani Pereira disse que quem tivesse disponibilidade para participar das etapas municipais poderia deixar o nome com a secretaria executiva. **Ponto 4 – Aprovação – Coordenadores na Mesa de Negociação Permanente do SUS (MENP-SUS):** A Presidente leu os nomes indicados para a apreciação. Gestão: Valéria Battisti Crema (coordenadora) e Regina Lúcia da Silva (adjunta). Trabalhadores: Valesca Fernandes Moraes de Souza (coordenadora) e Patrícia Santos Martins (adjunta). A Presidente reiterou que a aprovação era de suma importância para garantir a organização e legitimidade da MENP-SUS. O Conselheiro Fábio Gama, também membro da MENP-SUS, disse que a aprovação já tinha sido feita na Mesa e que aquele momento era somente para referendar. Os nomes foram votados e aprovados pelo pleno. **Ponto 5 – Aprovação – Normas e Regulamento Conselho Gestor:** Avançando ao próximo ponto, a Presidente questionou se os presentes haviam lido a minuta das normas e regulamento do Conselho Gestor. A Conselheira Roziani Pereira leu rapidamente um trecho da ata do mês de março de 2026 **“Ponto 9 – Aprovação – Reunião extraordinária sobre o rendimento e normas do Conselho de Gestores: [...]** O Presidente Itamar explicou a necessidade da sessão. O extraordinário está na ata tá gente que todos nós recebemos. O Conselheiro Rogério disse que o documento deveria ser enviado com antecedência para garantir a leitura de todos. E o Conselheiro Antônio Carlos disse que a Comissão iria se reunir no dia 27 para definir uma data.” Ela explanou que estavam trazendo para ordinária um tema que haviam combinado de discutir em uma sessão extraordinária. A Presidente disse que essa discussão não cabia naquele momento pois a pauta já havia sido aprovada e questionou se alguém era contra a realização do debate no fatídico dia. O Conselheiro Antônio Nogueira disse que no mês de abril completava um ano que estavam discutindo o presente tema e disse que o Presidente Itamar Teixeira havia dito que não precisava convocar uma Reunião Extraordinária, que poderiam incluir na pauta da presente reunião. A Presidente disse que iriam ler a minuta e quem quisesse fazer destaque deveria se expressar, ao fim da leitura retornariam ao destaque. O Conselheiro Antônio

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 274ª Reunião Ordinária
16 de abril de 2026

Nogueira disse que o documento já tinha sido aprovado, o presente dia era somente para referendar o documento e não ler artigo por artigo. A Conselheira Marília Ribeiro se mostrou contra a proposta anterior de Antônio Nogueira, afirmando que o regulamento vem para ser aprovado, necessitando de ler artigo por artigo para os presentes poderem se manifestar. Ela disse ter algumas críticas em relação ao texto, críticas relacionadas a questão da legitimidade jurídica e constitucional, precisando trazer tais considerações na construção da discussão da pauta. A Conselheira frisou a importância do pleno ter voz e direito à debate. O Conselheiro Silvio Nascimento disse que as Comissões são paritárias, havendo representantes de todos os segmentos, e todos os membros da Comissão participaram da construção da minuta, incluindo a Conselheira Caroline Coura, advogada. Ele disse que o documento já tinha sido encaminhado há uma semana e os Conselheiros que tivessem oposições deveriam ter repassado as mesmas para a secretaria executiva, além de afirmar que tal medida era uma falta de respeito e seriedade com os que montaram a minuta. A Conselheira Antônia Teixeira disse que não queria desconsiderar o trabalho da Comissão, contudo poucos disseram que leram a minuta com atenção. A Conselheira disse que encontrou muitas inconsistências e pontos conflitantes, ela se preocupava em aprovar um documento que precisasse ser revisto posteriormente. Ela expressou seu apoio à leitura na presente reunião. O Conselheiro Rogério Griffó afirmou não ser uma questão de desrespeito, mas sim querer trabalhar para chegar a um documento mais robusto e assertivo com o objetivo de trazer menos questionamentos. Ele disse que fazia algum tempo que as normativas tinham sido submetidas à PGE e era importante o parecer da Procuradoria na construção da minuta. O Conselheiro afirmou entender que era necessário uma análise mais detalhada a fim de evitar uma impugnação em caso de conflito com outras legislações já vigentes. O Conselheiro Antônio Nogueira disse que a Comissão estava presente, a mesma deliberava, reunia e encaminhava à Mesa Diretora para ser levada ao pleno. Ele afirmou que o ofício encaminhado pelo Presidente à PGE não havia sido aprovado pela Comissão e que o regulamento trouxe, com base em portarias revogadas, direitos que haviam sido retirados do Conselho Gestor. O Conselheiro frisou que a minuta fora discutida por completo com os membros da Comissão e aprovada por unanimidade, ele disse que os que não tiveram acesso foi porque não quiseram uma vez que o documento foi encaminhado ao pleno. Ele fez uma breve leitura do ofício enviado para a Mesa Diretora e afirmou que iriam recorrer às autoridades se necessário. A Presidente disse que propôs o debate e frisou que aquele era o momento de decidir, referendar ou não, mas tudo a partir de um debate, ninguém era contra o tema, apenas queriam debatê-lo tendo em vista que a Comissão não era deliberativa, cabia ao pleno aprovar ou não. A Conselheira Caroline Coura frisou que as normativas haviam sido construídas por todos os membros da Comissão, mas nem todas as decisões foram unânimes. No dia em que fecharam a minuta, eles haviam debatido cada ponto levado na consulta à PGE, se tratando de 13 pontos questionados. Dos 13, teve unanimidade em 9 pontos. Nos restantes, o debate foi em torno da natureza jurídica dos Conselhos Gestores e do caráter deliberativo da Comissão pois entende-se que a única entidade com tal caráter é o pleno do CES. A Conselheira falou que o alerta foi feito em reunião da Comissão pois era provável da questão gerar embates jurídicos com os hospitais que são geridos indiretamente. Outro assunto de debate foi a questão da estabilidade uma vez que não é uma obrigação contratual da Secretária de Saúde com os hospitais conveniados, devendo existir uma estabilidade prevista em lei. Ela

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 274ª Reunião Ordinária
16 de abril de 2026

afirmou que a gestão deseja que a minuta seja aprovada, mas as inconsistências jurídicas não são detalhes pequenos, principalmente aos hospitais conveniados. Ela afirmou ser muito perigoso que os pontos de divergência virarem uma narrativa de “nós contra eles” pois a conduta dificultava o debate. O regulamento pode ser votado, mas estariam correndo risco de impugnação. O Conselheiro Cristiano de Araújo disse que a o ponto ter virado pauta foi um erro da Secretaria executiva e da Mesa Diretora, o assunto já havia sido discutido e estava tendo uma confusão nos encaminhamentos, o que fez com que o tema se estendesse. Contudo, foi tirada uma proposta de ler artigo por artigo para evitar mais atrasos, além de que já tinha sido acordado uma reunião extraordinária para discutir somente a minuta. Ele afirmou que o não cumprimento da deliberação prejudicava o debate, na reunião com a Comissão e a Mesa Diretora foi solicitado a reavaliação de alguns pontos do texto, chegando ao documento levado no presente dia. Entretanto, ainda existiam pontos de divergência, como a natureza do Conselho, pois o único Conselho deliberativo é o de saúde, além de serem a instância máxima dentro do SUS junto com as Conferências de Saúde. Os grupos de trabalho, as Comissões e Comitês são todos subordinados ao Conselho, cabendo a este validar e referendar. Ele disse que o documento precisava de ajustes, trazendo os Conselhos Gestores para a esfera consultiva, talvez ajustar a nomenclatura de presidente para coordenador, sempre se reportando ao Conselho de Saúde. O Conselheiro disse que as eleições também estão estruturadas incorretamente, precisando ter mais clareza no regimento pois o segmento dos usuários deve ser representado pela pessoa física, não por entidades ou movimentos sociais, e pediu que tal observação fosse integrada ao documento pois quem aconselha o gestor de um hospital é o usuário. O Conselheiro João dos Santos afirmou que o município de Vitória era referência uma vez que foi o primeiro município a impor conselhos locais de saúde, sendo assim, somente usuários de determinada UBS podem representar. Ele disse que as decisões da minuta que diferiam de contratos poderiam ser resolvidas com aditivos, além de relatar fraudes na compra de equipamentos que devem ser evitadas com a devida fiscalização. O Conselheiro pediu maturidade ao pleno e afirmou que já havia um ano que estavam discutindo aquela pauta, e disse que a Conselheira Caroline Coura havia assinado mas agora estava voltando atrás em sua decisão. Ao final de sua fala, o Conselheiro João dos Santos afirmou que as gestões hospitalares não queriam ser fiscalizados. A Conselheira Roziani Pereira afirmou que aquela discussão estava consumindo o tempo de debate da minuta. O Conselheiro Antônio Nogueira pediu a retirada da pauta e definição de uma data para uma sessão extraordinária. A Presidente complementou a fala interior pedindo que todos realizassem a leitura completa da minuta, além de encaminhar os pontos de divergência para a Mesa Diretora para serem levados à Comissão. A data definida pelo pleno para a reunião extraordinária foi o dia 30 de abril e os Conselheiros teriam até o dia 27 de abril para encaminhar via e-mail seus pontos de discordância. **Ponto 6 – Relato das Comissões:** CISTT – O Coordenador Fábio Gama trouxe ao pleno a comemoração do Abril Verde realizada no dia 7 de abril, na qual foi feita um pequeno evento com o Presidente da CISTT nacional, Jacildo Siqueira Pinho e o Núcleo Especial de Vigilância em Saúde do Trabalhador (NEVISAT), que fizeram uma fala a respeito da história da saúde do trabalhador no mundo e a relação entre trabalho, saúde e adoecimento. Também participaram a CISTT do município da Serra, do Conselho Municipal de Saúde de Anchieta e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Metropolitano (CEREST). Além deste evento, o Coordenador disse que

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 274ª Reunião Ordinária
16 de abril de 2026

a Comissão estaria presente em um evento estadual em São Mateus organizado pelo governo com foco na discussão de saúde do trabalhador e segurança. Fábio relatou que a Conselheira Denice Gonçalves havia proposto de iluminar os prédios públicos com a cor verde em alusão ao Abril Verde. Ele compartilhou que o SINDIENFERMEIROS haviam denunciado o Hospital São Lucas e o CES solicitou as providências necessárias à Comissão. O Coordenador também relatou o problema com faltas e pediu que os que não se identifiquem com a pauta peçam para sair, Fábio expressou sua tristeza em ver o esvaziamento da Comissão e explanou que no dia do evento foram somente 4 Conselheiros. CICIRH — A Coordenadora Marília Santos fez coro à fala de Fábio Gama e disse ter solicitado a substituição dos membros faltantes. Ela relatou que a UNEGRO trouxe uma pauta a respeito da saúde da população negra, as discussões resultaram na realização do 1º Seminário Estadual de Saúde Integral da População Negra com data marcada para o dia 22 de maio. A Coordenadora pediu que os Conselheiros que pudessem para estarem presentes. Além disso, a Comissão também estava construindo as oficinas do Participa+ além de uma capacitação pensada aos Conselheiros e realizada em conjunto com o CEAP. CACG — O Coordenador Antônio Nogueira lembrou que as Comissões devem apresentar um relatório à Mesa Diretora e afirmou que o seu já estava sendo elaborado. Ele relatou que estavam se reunindo com a Superintendência Regional de Saúde pois haviam recebido um ofício de um funcionário ao qual foi solicitado a desocupação da sala pertencente ao Conselho Gestor, o que foi respondido afirmando que a sala era um espaço inviolável. A Comissão solicitou a lista de presentes em reunião durante o ano de 2025, contudo sem resposta. Foi realizada outra reunião na qual os membros deixaram claro o critério de paridade, o que não estava sendo cumprido. Ao visitarem a sala, se depararam com um espaço pequeno, cheirando à mofo, sem circulação de ar e que estava servindo para guardar bicicletas. A Comissão propôs o fechamento do espaço até as eleições de Conselhos Gestores, ficando combinado a devolução das chaves. Contudo, o funcionário ficou com uma cópia das chaves. Ficou acordado com a Comissão um envio de ofício aos hospitais comunicando que não há Conselho Gestor até o presente momento. O Coordenador disse que o trabalho realizado junto ao CRE estava sendo bom, ele também auxiliou o Conselho Municipal de Viana, na qual analisaram o regimento do CMS e participou de uma reunião com o Ministério Público. O Conselho Municipal solicitou por meio de ofício o acompanhamento de forma frequente e o Coordenador adiantou que o regimento precisava ser alterado, contudo os Conselheiros municipais estavam sem a documentação, sem vacância, falta de paridade, dentre outros erros de funcionamento. Ele propôs um ofício em nome do CES e da Mesa Diretora para definir quem vai orientar o Conselho. O Coordenador Antônio Nogueira afirmou que a Comissão não se reúne se não tiver quórum, ele sugeriu à Mesa uma revisão das Comissões, frisando a presença de quórum, participação máxima de 16 pessoas e manutenção da paridade. Ele também pediu que votassem sua participação na Comissão Intersectorial de Municipalização pois já estava participando do máximo permitido no regimento. O Conselheiro Fábio Gama disse que não encontrou regra específica para as Comissões, pois se contarem quórum dentro da CISTT a reunião não ocorrerá, expressando sua dúvida se há contagem de quórum ou não. O Conselheiro Antônio Nogueira citou o artigo 31 do regimento, que determina as normativas. A Conselheira Denice Gonçalves comunicou que, enquanto Conselheira de Unidade Hospitalar e participante do fórum de Pessoas com Deficiência, e as pessoas estavam interrogando ela a respeito de determinadas situações que a

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 274ª Reunião Ordinária
16 de abril de 2026

Conselheira não sabia como responder. CISMU — A Coordenadora Denice Gonçalves afirmou ter realizado uma reunião com o Secretário de Saúde e o doutor Fábio Benezath para tratar da concertação e conformação da rede de entrega de serviço de saúde de mulher, tal como a conformação da rede materno-infantil buscando combater a mortalidade materna infantil. Há uma deficiência na entrega de serviços no município que dificulta a prestação de serviços no geral. Foi elaborado um ofício para tratar dessas falhas, examinar a rede e realizar a concertação da rede com os municípios para auxiliar no pré natal e parto. A Comissão também esteve presente em diversas Carreatas de Saúde. CISMAVAF — A Coordenadora adjunta Denice Gonçalves relatou que a Comissão estava com várias propostas direcionadas ao planejamento, além de terem analisado o RDQA e o RAG de 2025. O Conselheiro Fábio Benezath complementou o relato da CISMU, afirmando que a atenção primária é a porta de entrada mesmo nas gestações de alto risco, ele disse que observaram que o município tem as contrarreferências, ou seja, cada hospital tem o seu segmento de referência em atendimento. Sendo assim, a pessoa que vai a determinado município enquanto está gestando deve ser orientada quanto ao hospital de referência para o procedimento necessário. O Conselheiro disse ter proposto à Coordenadora da CISMU um convite para GEPORAS, especificamente à referência técnica materno infantil, realizar uma explanação para a Comissão o processo elaborado para que, assim, possa ser feito um levantamento junto aos Conselhos Municipais de Saúde quais os principais problemas em prestação de serviço de saúde da mulher em cada município. A Presidente afirmou que as preocupações da Coordenadora eram muito pertinentes e sugeriu que fosse solicitado um ponto de pauta para deliberação e debate. CIOF — A Conselheira e membro da Comissão Antônia Teixeira disse que estavam realizando a análise dos relatórios RDQA E RAG, contudo, por se tratarem de um material extremamente denso, a Comissão estava buscando uma metodologia que facilitasse o entendimento de cada relatório. Desta maneira, estavam trabalhando para não ter atrasos na entrega das análises. CISM — A Coordenadora Roziani Pereira comunicou que a Comissão realizaria uma reunião em Guarapari a convite do próprio Conselho Municipal pois os Conselheiros municipais estavam tendo muitos problemas e dificuldades em realizar entregas para a população. A Comissão também estava estudando a possibilidade de dialogar com outros municípios, como o de Montanha, Viana e Domingos Martins. Junto com a Comissão de Educação Permanente e o CEAP, estavam todos buscando qualificações para os municípios para que possam ter clareza em seu trabalho. CIDHPE — A Coordenadora Roziani Pereira afirmou que a Comissão estava recebendo muitos casos de dificuldade da população e, mesmo com reuniões esvaziadas, eles haviam recebido autoridades para tratar das regulações de leitos. Sendo assim, os membros estavam buscando informações antes de realizar apontamentos. Além disso, a Comissão também participou da reunião da MENP-SUS pois há uma preocupação com o trabalhador. Ela relatou que há uma instituição chamada Aparador que presta serviço com diversas abordagens, por exemplo fibromialgia e que estão se debruçando sobre diversos temas e buscando ouvir as pessoas atingidas para poderem elaborar respostas suficientes, além de que nas últimas duas semanas tinha recebidos relatos relacionados às dificuldades enfrentadas por pessoas que vivem com HIV/AIDS, havendo uma preocupação em tornar a temática pauta de reunião da Comissão. Esgotadas todas as pautas, a Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Presidente do CES/ES



Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 274ª Reunião Ordinária
16 de abril de 2026

330

Itamar Francisco Teixeira
